



COLETÂNEA ANEC 003/2023

Programa Casa Mãe

ISBN: 978-85-99725-11-5



CASA
MÃE



ANEC
Associação Nacional de
Educação Católica do Brasil

DIRETORIA NACIONAL

Pe. João Batista Gomes Lima – Diretor-Presidente
Ir. Adair Aparecida Sberga – Diretora 1ª Vice-Presidente
Ir. Natalino Guilherme de Sousa – 2º Vice-Presidente Ir.
Selma Maria dos Santos – Diretora 1ª Secretária Frei
Mário José Knapik – Diretor 2º Secretário
Ir. Marli Araújo da Silva – Diretora 1ª Tesoureira
Ir. Ivanise Soares da Silva – Diretora 2ª Tesoureira

SECRETARIA EXECUTIVA

Guinartt Diniz

CÂMARA DE MANTENEDORAS

Fabiana Deflon

CÂMARA DE ENSINO SUPERIOR

Gregory Rial

CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Roberta Valéria Guedes de Lima

ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO

ANEC

ORGANIZAÇÃO DO DOCUMENTO

Adair Aparecida Sberga
Aleluia Heringer Lisboa Teixeira
Roberta Valéria Guedes de Lima

Associação Nacional de Educação Católica – ANEC

Coletânea ANEC: Programa Casa Mãe. Material organizado para instituições católicas /

Organizado por: Lima, Roberta Valéria Guedes de; Teixeira, Aleluia Heringer Lisboa; Sberga, Adair Aparecida – Brasília: ANEC e-Book, 2023. V.3. 59 p.

Formato: ePub2

ISBN: 978-85-99725-11-5

1. Pedagogia 2. Espiritualidade 3. Educação católica. I. Lima, Roberta Valéria Guedes de. II. Teixeira, Aleluia Heringer Lisboa. III. Sberga, Adair Aparecida. Associação Nacional de Educação Católica – ANEC. IV. Coleção.

CDD: 371.9

CDU: 376



A Associação Nacional de Educação Católica do Brasil tem como finalidade atuar em favor de uma educação de excelência, promover uma educação cristã evangélico-libertadora, entendida como aquela que visa à formação integral da pessoa humana - sujeito e agente de construção de uma sociedade justa, fraterna solidária e pacífica, segundo o Evangelho e o ensinamento social da Igreja.

AUTORES

Adair Aparecida Sberga
Aleluia Heringer Lisboa Teixeira
Elaine Cecília de Lima Oliveira
Eugênio Batista Leite
Jaqueline Silva Melo
Luiza Carvalho Franco
Nilton von Rondow Júnior
Rita de Cássia Silveira
Roberta Valéria Guedes de Lima
Virgínia Simão Abuhid

A bem-aventurança do Programa Casa Mãe

O mundo precisa urgentemente de programas, projetos e, especialmente, ações que, de modo esclarecido, fraterno e humanizado, valorizem a vida, o bem comum e a proteção do meio ambiente. Defender o planeta significa defender a vida em respeito e gratidão pelo principal dom que Deus nos oferece.

Nesse sentido, saudamos com grande alegria e esperança a criação do Programa Casa Mãe, iniciativa da Câmara de Educação Básica da Associação Nacional de Educação Católica no Brasil (ANEC), certos de que brevemente colheremos importantes frutos desta iniciativa, que quer articular práticas pautadas na ecoteologia e na ecologia integral.

Certamente, é mais um decisivo passo que dá a educação católica no Brasil, como nos solicita o Papa Francisco, rumo a uma educação transformadora, porque profética, e profundamente pautada pela dignificação da pessoa e pela cultura do encontro. O Programa Casa Mãe instala-se, assim, como potente oportunidade de, por meio da educação evangelizadora, falar ao coração e à inteligência dos jovens e das crianças, sensibilizando-os todos, desde cedo, para a urgência de protegermos a vida no planeta e de, juntos, construirmos uma cultura de paz e justiça social.

Nesse sentido, é preciso saudar e celebrar os objetivos que o Programa Casa Mãe coloca para si, dentre eles o de buscar o engajamento juvenil promovendo e mobilizando ações concretas, junto às escolas católicas filiadas à ANEC, baseadas na dimensão ecológica cósmica e na política transformadora.

A priorização e valorização do protagonismo juvenil por si só já é merecedora de todo aplauso, pois abre para a juventude a oportunidade de novas percepções e caminhos para o “estar no mundo”, apresentando-lhe uma agenda do bem e da dignidade e, principalmente, do amor ao próximo. *Fratelli tutti*: fraternidade e amizade pessoal como balizadoras do amor ao próprio Pai.

Bem-aventurado seja o Programa Casa Mãe: ao dispor-se a estimular nos jovens o sentido de urgência de um mundo melhor, pois mais humano, contribua na grandiosidade de sua missão da educação católica.

Professor Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães

Reitor da PUC Minas 2007-2022
Bispo Auxiliar de Belo Horizonte

Apresentação

Com imensa satisfação, damos a conhecer o Programa Casa Mãe, uma iniciativa para modificar atitudes pessoais e comunitárias, que aos poucos vão transformando espaços, relações e contextos, com a intencionalidade de retirar o mundo da encruzilhada pela qual está passando, que lhe causa tantas desordens, sofrimentos e desigualdades, para promover ações voltadas para o bem comum e o equilíbrio da natureza.

O Programa Casa Mãe se fundamenta na encíclica *Laudato Si*, do Papa Francisco, que é uma rica fonte de informações, proposições, motivações e sabedoria, cujo propósito é atuar a favor da ecologia integral, compreendendo que o mundo, as pessoas-plantas-animais-minerais estão em conexão, ou seja, “tudo está interligado” e em profunda interdependência. Assim, o equilíbrio da natureza depende da relação sistêmica que une as pessoas entre si, concebendo que a pessoa humana é o centro mediador dessa relação integradora, que muitas vezes acaba se desvirtuando em uma relação mercadológica, individualista e preconceituosa.

Devido a isso, a relação pessoa-mundo precisa ser uma relação de responsabilidade, de despojamento, de cuidado, de colaboração, de empreendimento, de afeto e de muita doação.

Para favorecer essa dinâmica, faz-se necessária uma outra dimensão, que nos ajuda a sair da superficialidade e a adentrar no que faz sentido para a existência humana, ou seja, é necessária a dimensão da espiritualidade ecológica, ou da ecoteologia, que permite a integração entre ações pedagógicas e evangelizadoras, que direcionam para a interioridade humana, que permite sentir Deus presente em nós e na história.

Mediado por esses conteúdos, reflexões e proposições, o Programa Casa Mãe quer proporcionar à Educação Básica e ao Ensino Superior uma formação de aprendizagem que está a serviço de uma humanidade mais consciente de sua responsabilidade e cuidado com o planeta Terra e os mais pobres e excluídos.

Nesse sentido, a ANEC parabeneza os criadores deste significativo Programa, que por meio de atitudes simples, mas vigorosas e focadas em ações concretas, em monitoramentos e constância, qualificam os currículos educacionais em vista do cuidado e da sustentabilidade com a “Casa Comum”

Irmã Adair Aparecida Sberga

Presidente da Câmara de Educação
Básica da ANEC

Sumário

Introdução	9
PARTE 1: Pressupostos epistemológicos, pedagógicos e pastorais	13
Capítulo 1. Espiritualidade ecológica e educação católica	14
Capítulo 2. A emergência da ecologia integral	16
Capítulo 3. Espiritualidade ecológica na fé cristã católica	18
Capítulo 4. Educação católica e educação ecológica: um pacto de cuidado	21

PARTE 2: Proposta metodológica para implementação do Programa Casa Mãe	25
Capítulo 5.	
Construção do Programa e nucleação inicial	26
Capítulo 6.	
Rede de parcerias com IES Responsável	28
Capítulo 7.	
O questionário socioambiental	34
Capítulo 8.	
Análise dos resultados obtidos no questionário	36
Capítulo 9.	
Elaboração do plano de ação local	38
Capítulo 10.	
Gestão do programa	39



Introdução

A Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC), conforme suas disposições estatutárias, tem como finalidade, dentre outras, atuar em favor de uma educação de excelência, assim como promover uma educação cristã evangélico-libertadora, entendida como aquela que visa à formação integral da pessoa humana, sujeito e agente de construção de uma sociedade justa, fraterna, solidária e pacífica, à luz do Evangelho de Jesus de Nazaré e do ensinamento social da Igreja.

A educação, que visa à transformação social e à vivência plena da cidadania, na perspectiva de concepções mais amplas de prática pedagógica, tecida como práxis e como um instrumento de mudança da prática docente, ou seja, como ação consciente e participativa, surge “da multidimensionalidade que cerca o ato educativo” (FRANCO, 2016, p. 536), organizada em meio a intencionalidades e ações (re)construídas que dão sentido a tais intencionalidades.

Desse modo, os sistemas de ensino, ao repensar a educação e considerar as singularidades, a pluralidade dos sujeitos implicados no processo educativo e o próprio processo educativo em si, compreendem que a prática docente reclama

por ações que contemplem a perspectiva da ecologia integral (FRANCISCO, 2015) e de uma educação integradora.

Nessa perspectiva da ecologia integral, é necessário destacar a importância da educação no processo de construção de um futuro sustentável, inclusivo e respeitoso dos direitos humanos. As relações que estabelecemos uns com os outros e com a natureza são interdependentes e afetam diretamente todo o sistema que sustenta a “Casa Comum”. Por isso, nestes tempos em que o grito da Terra e o grito dos pobres são um e o mesmo, para muitas pessoas e muitos de nós, fazer teologia é fazer ecoteologia! Estamos convencidos, com Papa Francisco “que nós e todos os seres do universo, sendo criados pelo mesmo Pai, estamos unidos por laços invisíveis e formamos uma espécie de família universal, uma comunhão sublime que nos impele a um respeito sagrado, amoroso e humilde,” (FRANCISCO, 2015, n. 89).

Nesse sentido, explicitamos também a articulação do Programa Casa Mãe aos Marcos Legais da Educação Ambiental no Brasil, que fomenta uma prática educativa integrada, contínua, permanente, inter e transdisciplinar, em todos os níveis e modalidades educacionais. Essa

prática integrada da Educação Ambiental comporta processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (Lei 9.795/1999 - Política Nacional de Educação Ambiental; PRONEA – Programa Nacional de Educação Ambiental, 2004).

O Programa Casa Mãe é uma iniciativa da Câmara de Educação Básica, que recebeu apoio do Setor de Animação Pastoral e da Câmara de Ensino Superior da ANEC, assim como é uma parceria com o Conselho da ANEC-MG. Esse programa quer ser um piloto para iluminar práticas nas Associadas da ANEC, pautadas na ecoteologia e na ecologia integral, a partir de uma educação evangelizadora, profética, intencional e transformadora da sociedade, em busca de uma nova economia, a economia de Francisco.

A escola básica tem o privilégio de estar próxima e atuar junto às crianças e aos jovens por um longo período de suas vidas, que compreende de 03 a 17 anos. Essa oportunidade traz uma grande responsabilidade, uma vez que é durante essa longa trajetória escolar que hábitos, valores e referências são construídos. A ecologia integral, como

modo de escutar/ver, julgar e agir nos fornece todos os elementos para que possamos atuar e sermos, juntos com os estudantes, protagonistas das mudanças que precisam ser feitas.

Por isso, o Programa tem como objetivo principal fortalecer a identidade e a missão da educação católica, em plena sintonia com as propostas do Pacto Educativo Global e com a Laudato Si, como forma de chegarmos a uma educação integradora, aliada à ecologia integral.

Neste sentido, o Programa tem como objetivos específicos diagnosticar a unidade educacional nos aspectos socioambientais e propor ações de intervenção no âmbito administrativo, pedagógico e pastoral. Ainda, pretende formar, promover e mobilizar ações concretas, com as Associadas, que sejam fundamentadas na dimensão ecológica cósmica e na política transformadora, por meio do engajamento juvenil, para gerar ações de incidência que afetem positivamente na organização curricular das disciplinas eletivas e nos itinerários formativos do ensino médio, bem como no currículo da educação básica.

O Programa está organizado nas seguintes etapas: levantamento de informações; mapeamento e acompanhamento das ações de implantação e de implementação do Plano de Ação,

voltadas a uma educação alicerçada na dimensão ecológica cósmica e no protagonismo juvenil.

Assim, a Câmara de Educação Básica, em consonância com o Conselho Estadual da ANEC e o Grupo de Trabalho Casa Mãe do estado de Minas Gerais, entende ser importante debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos, práticas e currículos que estão desconectados dos sistemas sociais e dos territórios de aprendizagem inclusivos que protegem a Casa Comum. Por isso, com o Programa, convidamos cada um e cada uma a estar em sintonia e propagar ações que venham ao encontro dessa iniciativa, na perspectiva de uma aldeia que educa, cuida e promove.



PARTE 1

**Pressupostos
epistemológicos,
pedagógicos e
pastorais**



1

Espiritualidade ecológica e educação católica

Nós não fomos educados para amar e cuidar da natureza. Desde pequenos, a geração dos adultos de hoje foi ensinada a explorar a mãe Terra para extrair dela conforto, bem-estar e privilégios. Mas é verdade que estamos pagando a conta - e com juros! Aquecimento global, crise climática, catástrofes naturais são algumas das cobranças que já recaem sobre nossa geração, mas que irão penalizar gravemente as gerações futuras - aqueles que hoje são crianças e aqueles que sequer ainda nasceram.

A mentalidade exploratória, difundida especialmente a partir da Modernidade e das Revoluções Industriais, funciona ao modo de um discurso sobre a superioridade do homem. Foucault, ao estudar os dispositivos que aliciam os discursos, sugere que essas mentalidades compartilhadas de maneira quase inconsciente são fruto de um processo de construção sutil, simbólico, quase que nas entrelinhas, de uma ideia que repetidamente se consolida como um “modo de ser”. Ou seja, vamos afirmando por meio de narrativas científicas, filosóficas, políticas, teológicas e pedagógicas que o homem é maior que tudo o que há: é o dito privilégio antropológico.

Nesse sentido, vale recordar que a separação entre sujeito e objeto, que os filósofos modernos apregoavam é como um arquétipo que vai marcar a civilização humana a partir do século XV: o homem é entendido como um ser separado do mundo, até mesmo alheio ao que acontece fora de si, com uma autorização de uso infinito do mundo, dada a si próprio por ele mesmo. É evidente que a ideia moderna de um sujeito absoluto e autônomo não surgiu do nada: foram o enfraquecimento do pensamento religioso medieval, o encanto pelos avanços técnicos e também a desagregação do modelo social feudal que permitiram essa linha de pensamento fluir. Em si, o pensamento subjetivista moderno não é um mal, mas nele localizamos uma das gêneses do nosso atual descaso com o planeta e com os seres que o habitam.

É preciso reforçar que esta mentalidade moderna, que justifica a exploração da Casa Mãe, está nas bases do sistema econômico e político que nos rege e que, como bem demonstrou o pensamento marxiano, é também um sistema simbólico. A ideia de que o homem está autorizado a explorar o mundo em benefício próprio não se restringe

às argumentações filosóficas e elucubrações teóricas, mas foi transposta para outras esferas da vida social, até chegar no cotidiano trivial de nossa vida doméstica. Em certa medida, as religiões também corroboraram nessa tese por muitos anos e também na educação formal, ou seja, nas escolas e universidades, foi reproduzida essa lógica que dá ao homem uma espécie de direito sobre tudo e sobre todos, sem nenhum limite para explorar. É por isso que a reversão dessa narrativa, que se faz urgente pelo esgotamento da natureza, só se pode fazer de duas formas: pela espiritualidade e pela educação, ou melhor, se atingirmos a dimensão do sentido existencial e da consciência.

Quando afirmamos que a geração atual de adultos não foi educada nem para amar, nem para cuidar da natureza, estamos nos referindo à maneira de ver o mundo que herdamos do pensamento exploratório moderno e que se incrustou em nós. Orientamos o sentido da nossa vida pela acumulação material e temos o pensamento anestesiado, quando se trata de criticar tal estilo de vida predatório. Nossa mente foi colonizada para pensar que a ecologia é uma causa de extremistas, que o cuidado da natureza nos transforma em “naturebas”, que mudanças climáticas são terrorismo midiático. Com honestidade, a questão climática e ecológica é ainda

muito restrita e tem pouca aderência no sentido social.

Como educação católica, somos interpelados pelo Papa Francisco em seu magistério nas encíclicas *Laudato Si'* e *Fratelli Tutti*, que levanta a urgência de um Pacto Educativo para proteger a comunidade humana e o planeta da mentalidade exploratória. Ao propormos o Programa Casa Mãe, nosso objetivo é conduzir a uma nova proposta pedagógica, em que o cuidado da Casa Comum seja introduzido de forma transversal e global no cotidiano das escolas católicas. A educação é capaz de reformular a visão de mundo, partindo tanto de uma experiência espiritual, quanto de uma conscientização profunda; esta é a base motivadora do Programa Casa Mãe.

2

A emergência da ecologia integral

Mais do que abordar a questão ambiental como se fosse um problema que não concerne aos homens, que atinge apenas plantas e animais, ou ainda que é interpretado como uma bandeira setária de alguns grupos, a ideia de “ecologia integral,” abordada e popularizada pelo Papa Francisco, amplia e aprofunda a ecologia, dando-lhe um significado agregador e profético e conferindo-lhe um valor ético-teológico.

Se relacionarmos ao prefixo *oikos* (que traduzimos por “eco” em português e que quer dizer “casa, morada, comunidade”), uma *logia*, isto é, um *logos* (uma razão, um discurso), estamos falando de uma outra racionalidade, diferente daquela que tem produzido destruição e aniquilação do mundo. A princípio, a ecologia é um contraponto ao domínio da economia (*oiko-nomos*), em que o *nomos*, isto é a lei ou o sistema, estão acima do *oikos*. Esta lógica econômica se estrutura priorizando a manutenção do sistema, em que cada ser é apenas uma peça. Existe, assim, na economia um tipo de automatismo, de falta de reflexividade, de absorção da singularidade, como podemos ver na cultura consumista, em que a finalidade do ato de comprar

é o consumo em si – um “consumir por consumir”. Além do mais, o *nomos* da economia fixa que cada indivíduo deve lutar por si. A regra é clara: cada um por si. Dessa forma, a “ecologia integral” da qual fala Francisco é uma subversão do pensamento, a partir da lógica da casa – lugar de convívio compartilhado, que precisa do empenho de cada morador para se manter limpa e ordenada, para se configurar como um espaço habitável. O adjetivo “integral” qualifica essa racionalidade ao cumprir dupla função: primeiro, a de expressar que nessa visão *oikológica* estão inclusos todos os seres – vivos e não vivos, racionais ou não; segundo, a de denunciar que a mentalidade puramente *econômica* que nos trouxe até aqui é fragmentadora, de modo que, se não lutarmos pela integralidade do *cosmos*, vamos regredindo paulatinamente ao *caos*.

Nessa linha, o “integral” é um adjetivo instigante, já que falar da integralidade e fragmentação do *cosmos* é falar também da integralidade e fragmentação do próprio ser humano, este microcosmos maravilhoso. O princípio da ecologia integral de que “tudo está interligado” coloca-nos frente à nossa

peçoal dimensão interior. É difícil perceber-se ligados à criação, quando não nos sentimos ligados a nós mesmos. É difícil sentir-se responsáveis pela Casa Comum, quando não conseguimos assumir nosso autocuidado. Um dos efeitos da lógica *econômica* é exatamente o de infundir em nossa mente a ilusão de que somos mônadas ou ilhas, isolados em nosso próprio prazer e bem-estar. Eis aí o paradoxo da economia: fazer-nos sentir únicos às custas da nossa unicidade, fazer-nos sentir indivíduos quebrando-nos por dentro. E a fragmentação está justamente na negação da socialidade, na evasão do nosso compromisso coletivo e comum. Noutras palavras, ao afirmar a soberania do sujeito sobre qualquer outro valor, a lógica da economia desfaz os elos que nos dão coesão interna – as relações humanas e sociais.

Assim, a ecologia integral não fala apenas de uma responsabilidade pela natureza, excluindo o olhar para questões humanas e sociais. Tudo está interligado: economia e ecologia, indivíduo e sociedade, homem-plantas-animais-minerais, seres vivos e não vivos. O equilíbrio da natureza está na sofisticada relação sistêmica que nos une uns aos outros; o homem é o elo dessa relação, que está desintegrada e enfeitiçada pelo consumo e pela sede de ter.

3

Espiritualidade ecológica na fé cristã católica

O Papa Francisco inclui a dimensão ecológica como um lugar teológico, ou seja, como uma categoria que nos ajuda a saber mais não apenas sobre o humano, mas, acima de tudo, sobre Deus. Esta inclusão é só “aparentemente” ousada, pois a Igreja Católica vem desenvolvendo há muitos séculos um pensamento sobre a criação que pode ser considerado ecológico. Desde a ideia de Santo Tomás de Aquino, de que a criação é uma das cinco vias para o conhecimento da existência de Deus, até a ecoteologia contemporânea, o pensamento cristão vem buscando delinear que a relação homem-mundo é uma relação mais de responsabilidade do que de domínio. Portanto, falar de uma espiritualidade cristã ecológica não é algo estranho à nossa fé.

Mas o que pretendemos dizer quando falamos de uma espiritualidade ecológica? Na panaceia conceitual do nosso tempo, a palavra espiritualidade já está esvaziada de sentido por seu uso recorrente e instrumentalizado. Na tradição cristã, a espiritualidade é tudo aquilo relacionado ao nosso esforço de manter viva a vida no espírito, que nos foi oferecida como dom de Deus pela fé batismal

que professamos. Assim, tanto as práticas espirituais, rituais e religiosas, mas também aquelas culturais se incluem no conceito de espiritualidade quando estão orientadas na busca de manter viva a nossa eleição batismal. E mais: a mística cristã sempre revelou que a espiritualidade é uma educação para a interioridade e para o autoconhecimento, de modo que conhecendo a nós mesmos, conhecemos a Deus que deixa seu rastro em nós. Poderíamos acrescentar ainda que a espiritualidade cristã é a forma como vamos construindo nossa visão sobre o mundo, numa perspectiva mais profunda e menos pragmática, mais poética e menos retórica, mais aberta e menos crispada. A espiritualidade torna-se um elemento agregador de nossa experiência humana: uma ótica.

Por vezes, tratamos a espiritualidade como algo esotérico ou sobrenatural, como um tipo de vida desencarnada e ascética, o que claramente vai contra a fé cristã, já que estas acepções de espiritualidade tentam um sobrevoo na realidade, uma conexão com algo fora, e nossa fé revelada em Cristo, Verbo de Deus encarnado, nos conclama a um mergulho na vida e a uma relação

íntima e pessoal como aquele que é o Emanuel, Deus-conosco. Sendo assim, a espiritualidade cristã não é um discurso adocicado e alheio ao que se passa na história, mas um olhar atento, capaz de ver para além das aparências, de enxergar a mão amorosa e misericordiosa de Deus nas profundezas do que acontece.

Com efeito, a espiritualidade ecológica de que fala o Papa Francisco é uma proposta que interliga transcendência e imanência no ponto de cruzamento destas dimensões que é o ser humano. Como ensina o Papa:

“Não se trata tanto de propor ideias, como sobretudo de falar das motivações que derivam da espiritualidade para alimentar uma paixão pelo cuidado do mundo. Com efeito, não é possível empenhar-se em coisas grandes apenas com doutrinas, sem uma mística que nos anima, sem uma moção interior que impele, motiva, encoraja e dá sentido à ação pessoal e comunitária. Temos de reconhecer que nós, cristãos, nem sempre recolhemos e fizemos frutificar as riquezas dadas por Deus à Igreja, nas quais a espiritualidade não está desligada do próprio corpo nem

da natureza ou das realidades deste mundo, mas vive com elas e nelas, em comunhão com tudo o que nos rodeia”.

Poderíamos sintetizar a espiritualidade ecológica em três movimentos interiores: mística da criação, mística da comunhão e mística do cuidado.

A primeira – a mística da criação – seria o reconhecimento de que Deus habita o mundo e se revela por meio daquilo que criou. Trata-se de mudar o olhar, para ver o mundo com outras lentes, não mais da exploração e do usufruto, mas buscando encontrar vestígios dessa presença divina e amorosa. Plantas, animais, rochas, rios, a biosfera como um todo são capazes de nos sintonizar com essa inteligência criadora, que não só arquitetou tudo, mas também dispôs para nós, em sua Providência, tudo isso.

Já a mística da comunhão é a busca pela reconexão com esta criação, o momento em que nos percebemos ligados aos seres que nos circundam. A nossa ligação com aquilo que está fora de nós é, sobretudo, física e, portanto, afetiva. Por isso, a mística da comunhão é de alguma maneira o desenvolvimento de uma afetividade que se deixa tocar e ser tocada pela Casa Comum e pelos irmãos.

E a mística do cuidado, que coroa a espiritualidade ecológica, é o reconheci-

mento de que este Deus que se mostra a nós e se conecta conosco pela sua obra nos apela a cuidar deste mundo rico, diverso e belo.

Se a mística é a busca do mistério, estamos diante de uma exigência difícil para nossos tempos, que é a contemplação. O mistério não se acessa somente pela razão, mas acima de tudo pelo desenvolvimento da sensibilidade contemplativa, algo que a lógica econômica destruiu em nossa cultura. Não somos afeitos ao silêncio, não temos mais a habilidade de demorar o olhar nas coisas nem de escutar pacientemente; pelo contrário, somos estimulados o tempo todo. Dispersos, somos incapazes de nos conectar autenticamente com as pessoas e com as coisas. Falta-nos uma competência fundamental para a espiritualidade: a atenção. A mística é a quebra do feitiço cruel que o consumismo nos legou: é a consciência profunda de que uma só coisa é necessária – Deus – e que este Deus se faz acessível na natureza que Ele criou e disponibilizou a nós para nossa felicidade. A questão é que, enquanto estivermos orientados pela ideia de “felicidade = riqueza material”, nunca iremos acessar a Deus. Não é à toa que Jesus dizia que é muito difícil a um rico entrar no Reino dos céus.

A busca desta espiritualidade produz em nós uma mudança de olhar e atitude – uma conversão ecológica – que, de acordo com o Papa Francisco, “comporta deixar emergir, nas relações com o mundo que nos rodeia, todas as consequências do encontro com Jesus. Viver a vocação de guardiões da obra de Deus não é algo opcional nem um aspecto secundário da experiência cristã, mas parte essencial duma existência virtuosa”.

4

Educação católica e educação ecológica: um pacto de cuidado

A pergunta que ainda cabe fazer é: como chegar a esta maturidade espiritual-ecológica? Como realizar esta síntese pessoal entre nosso compromisso de fé e a nossa responsabilidade pela Casa-Mãe? A resposta seria: por meio da educação. Apenas por um processo que eduque nosso olhar, que nos ensine a viver misticamente o cotidiano, vamos integrar espiritualidade e responsabilidade ecológica integral. Ademais, é a educação das futuras gerações que poderá consolidar esta outra forma de encarar a vida, rompendo com a lógica exploratória do consumismo e trabalhando pela integração antropológica.

Mas a conversão ecológica por meio da educação nos coloca diante de duas provocações. Primeiro, da necessidade de se promover uma reeducação das gerações adultas para a espiritualidade ecológica, já que os educadores - sejam pais ou professores - ainda têm consigo aquela mentalidade econômica incrustada. Segundo, de que a educação das futuras gerações ainda está amarrada a propostas de educação formal nas escolas e universidades, que caminham sob a égide da lógica econômica e, portanto, carecem de uma

reformulação honesta para dar-lhes um outro direcionamento.

A começar pela reeducação dos adultos, temos que a cultura na qual estamos imersos não favorece. O Papa Bento XVI chamava a atenção para uma desertificação espiritual, na qual somos convencidos por um relativismo absurdo que nos faz crer que nada realmente importa. A superficialidade de tudo, algo que pensadores contemporâneos chamam de “sociedade líquida” ou “sociedade do cansaço”, é um artifício do sistema econômico capitalista para obnubilar a nossa verdadeira busca de sentido. A questão é que, não obstante nossa cultura de dispersão, a busca pelo sentido permanece viva em nós e esta busca não se concretiza na crispação do indivíduo em si mesmo, mas só se realiza quando é ativada nossa dimensão transcendental. A transcendência, dessa forma, não é uma condição religiosa, mas antropológica, que nos configura seres abertos cuja disponibilidade aos outros, a Deus e ao mundo demarca o sentido - a direção - da nossa existência.

Por esse lado, a educação católica tem se mostrado um espaço bastante in-

ventivo e contribui enormemente para despertar a transcendência nos adultos que circulam pelo espaço das escolas e universidades. Professores, familiares, colaboradores e estudantes podem ser constantemente provocados a escutarem este apelo profundo que ressoa dentro de cada pessoa e, ao mesmo tempo, estas instituições podem propor um caminho espiritual que se fundamenta na ecologia integral. Um passo importante que as instituições educacionais católicas podem dar é o de manter viva uma crítica constante ao nosso estilo de vida atribulado e pragmático, que nos desconecta de quem somos e do mundo a que pertencemos. Mesmo que tenhamos já cristalizado em nós certos hábitos, a visada crítica e a conscientização têm efeitos sobre nós, porque vamos paulatinamente concedendo espaço a novas maneiras de viver e deslocando nossas concepções pessoais. São mudanças atômicas, quase que imperceptíveis, mas que vão construindo nossa conversão ecológica.

Quanto à segunda provocação, de que as escolas católicas precisam empreender uma reforma real de suas práticas pedagógico-pastorais para o incremento da ecologia integral, precisamos reconhecer que tais instituições, em sua maioria, vivem pressionadas economicamente e socialmente, e há grande expectativa em termos de aprovação, aproveita-

mento e empregabilidade (no caso das universidades). Esta pressão sempre se apresenta como uma tentação institucional de recorrer às estratégias injustas do mercado educacional, procurando programas pedagógicos que orbitem a lógica econômica e formem apenas agentes do mercado. Entretanto, muitas escolas e universidades que resistem demonstram que é possível apresentar uma proposta pedagógica robusta, humanista e ecológica e ao mesmo tempo garantir a sustentabilidade econômica.

Apesar disso, há que se fazer uma crítica sincera sobre como a ecologia e o cuidado da Casa Mãe têm sido abordados em nossos currículos: por vezes de forma isolada; noutras vezes de maneira eventual em algum ou outro programa; na maioria, em abordagens simplistas, superficiais e repletas de senso comum. As metodologias pedagógicas não conseguem trazer o senso de urgência para a questão e permanecemos reproduzindo o discurso que nos levou à fragmentação, especialmente quando insistimos num aprendizado bancário, conteudista e focado no sucesso dos resultados. É claro que tudo isso compõe um cenário muito maior - o sistema educacional - e que se impõe às instituições. Entretanto, compete a nós, educadores conscientes, a transformação molecular desta cultura.

Por isso, o Programa Casa Mãe tem como primeiro passo um autoquestionamento das instituições, para que, olhando a si próprias, percebam o potencial oculto em suas ferramentas, rotinas, decisões e escolhas curriculares.

A escola católica é um espaço de evangelização. Esta, por sua vez, não acontece somente na forma de catequese ou doutrina, mas, de maneira sutil, desenrola-se no dia a dia, seja pelas abordagens didático-pedagógicas, seja pelo currículo evangelizador, seja pelo trabalho pastoral. Ao questionar se a ecologia integral é adotada de maneira concreta ou simplesmente envernizada, o Progra-

ma Casa Mãe já aponta para mudanças que podem ser implementadas nas instituições e que culminaram com a elaboração do plano de ação local.

Por fim, vale recordar que as instituições educacionais católicas têm a responsabilidade de serem centros evangelizadores, nos quais a palavra de Cristo é anunciada e a experiência eclesial é vivenciada de forma ativa. Assim, o cultivo de uma espiritualidade ecológica deve integrar os programas pedagógicos, mas também pastorais das instituições, atingindo o cerne do trabalho, ou seja, moldando a busca de sentido que direciona todo coração humano.



PARTE 2

**Proposta
metodológica para
implementação do
Programa Casa Mãe**



5

Construção do Programa e nucleação inicial

Esse programa foi idealizado e empenhado pelo conselho da ANEC em Minas Gerais, a partir de meados de 2021, e o piloto do Programa tem sido construído colaborativamente, em parceria com as escolas associadas ANEC-MG, que se voluntariaram para participar. Dentre as Instituições participantes do piloto, temos oito Unidades do Colégio Santa Maria Minas, cinco Unidades do Colégio Santo Agostinho e o Colégio Santa Rita de Cássia. A metodologia – nos moldes da pesquisa-ação – foi construída para dar suporte ao processo interno nas escolas católicas para a vivência da ecologia como uma pauta impactante, tanto nas escolhas da gestão, quanto nos encaminhamentos pedagógicos.

Para isso, o cronograma do Programa piloto foi pensado e implementado a partir da Criação do Núcleo Casa Mãe, formado por educadores e gestores ligados às Associadas da ANEC em MG, que se dispuseram a participar da edição Piloto do Programa¹. Mesmo sabendo que o chamado para cuidar da Casa Comum comporta inúmeras respostas, o desejo era de partirmos de apenas uma que fizesse sentido para a Educação Básica. A pergunta que esse grupo se colocou foi:

Qual prática poderia ser comum a todas as escolas católicas, para traduzir e dar uma resposta simples e objetiva ao chamado do Papa Francisco, de forma que qualquer diretor ou professor entendesse e conseguisse implementar em sua unidade educacional?

Dentre algumas possibilidades, considerou-se que o diagnóstico socioambiental da unidade educacional seria o primeiro movimento a ser feito. O questionário em si já é formativo/educativo. Ele pressupõe uma educação para VER de forma crítica como nos organizamos e as escolhas que fazemos. Ao responder as perguntas, chegaremos a um diagnóstico que subsidiará um plano de ação, sendo todo o processo em si uma ação pedagógica². O argumento a favor dessa escolha é que a educação ambiental ocorre a partir do contexto em que os sujeitos estão inseridos.

Na sequência, deu-se a construção e a validação do Plano de Ação Casa-Mãe pelo Conselho ANEC do Estado de MG, pelas Câmaras de Educação Básica e Ensino Superior e Setor de Animação Pastoral. A parceria com a PUC-MG – designação de estagiários das diversas

licenciaturas – e as escolas de Educação Básica associadas à ANEC-MG mostrou o caráter multidisciplinar e a transversalidade que esta temática carrega.

A entrada e participação do Ensino Superior veio como forma de aproximar a universidade da Educação Básica e interferir na formação inicial e continuada de professores na perspectiva da ecologia integral. Outro desdobramento foi de mapear os espaços para vivências e formações junto à natureza. Identificamos entre eles alguns espaços da Arquidiocese de Belo Horizonte: Casa de Francisco para Ecologia Integral, Santuário Basílica Nossa Senhora da Piedade, Centro de Integração para Sustentabilidade da PUC Minas e o Centro Agostiniano em Ecologia Integral – ilAli.

As reuniões e encontros do Núcleo Casa Mãe foram de estudo e aprofundamento sobre cada uma das perguntas, levantamento das possíveis dificuldades no seu preenchimento, busca de bibliografia e relação com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030). De posse do questionário, o passo seguinte para a realização do diagnóstico de ecologia integral nas escolas voluntárias foi a aplicação desse instrumento; para tanto, foi necessária a formação de equipes/comitês de ecologia integral, com participação dos estagiários das

licenciaturas. De posse dos dados levantados em cada instituição, foi possível, de acordo com a realidade de cada escola, a elaboração de um plano de ação para correção das lacunas apontadas pelo diagnóstico.

Após esse percurso do piloto, teremos a fase de implementação da metodologia Casa-Mãe, em que o percurso será consolidado e compartilhado com todas as Associadas ANEC-MG e demais federações. Haverá também monitoramento periódico para construção de série histórica.

¹ O Núcleo Casa Mãe responsável pelo piloto foi composto por (em ordem alfabética): Aleluia Heringer (Sociedade Inteligência e Coração – SIC - Diretora Institucional; Elaine Cecília de Lima Oliveira (Diretora Santa Maria – unidade Betim); Eugenio Batista Leite (Reitor PUC – Betim); Gerson Dresch (ANEC Nacional); Gregory Rial (ANEC – Nacional); Jacqueline Silva; Lídia Regina (PUC-BETIM); Nilton Vom Rondow (Santa Rita – Belo Horizonte); Luiza Franco (Sociedade Inteligência e Coração – SIC – Santo Agostinho); Natália Ribeiro (Gerente de Comunicação ANEC); Rita de Cássia (Diretora Colégio Santa Maria – Betim); Roberta Guedes (ANEC Nacional); Virginia Simão Abuhid (PUC-MINAS)

² Uma boa prática que foi considerada e que serviu de base para o grupo de trabalho foi o questionário desenvolvido e realizado em 2017 nas unidades do Colégio Santo Agostinho, dentro do GTEIA – Grupo de Trabalho de Envolvimento e Iniciativa Ambiental, sob a coordenação da Prof^a Aleluia Heringer e apresentada no V Congresso Nacional de Educação da ANEC, nos dias 25 a 27 de março de 2019, em Cuiabá (MT). As categorias avaliadas foram listadas a partir da leitura da Encíclica Laudato Si.

6

Rede de parcerias com IES Responsável

O Programa Casa Mãe propõe articular as instituições católicas de Educação Básica (IEB) e de Ensino Superior (IES). Realiza-se, desta maneira, um processo que viabiliza a inclusão da ecologia integral na formação inicial de professores da Educação Básica em cursos de licenciatura e na formação continuada dos professores em exercício ao mesmo tempo, em uma relação de parceria e complementaridade. Esta inclusão torna-se possível por meio dos estágios obrigatórios e não obrigatórios que os professores em formação devem realizar nas escolas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica em nível superior (cursos de Licenciatura) preconizam a realização de um mínimo de 400 horas “para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, segundo o Programa Pedagógico do Curso (PPC) da instituição formadora” (BRASIL, MEC - RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2/2019). O estágio deve ser devidamente orientado por professores da Escola de Formação (IES) e supervisionado por um professor da área de formação do aluno que esteja vinculado ao campo de estágio (Escola de Educação Básica). Definições a respei-

to do formato, organização, validação e avaliação de estágios obrigatórios e não obrigatórios são de autonomia da IES e dos cursos de licenciatura que explicitam tais definições em seus Programas Pedagógicos. Portanto, há uma diversidade de possibilidades em relação ao cumprimento das exigências legais que precisam ser consideradas nesta articulação dos dois níveis de ensino. Traremos aqui as questões comuns pertinentes e mais relevantes, a partir da experiência piloto.

A imagem relaciona as instituições parceiras nessa experiência piloto – 14 Escolas de Educação Básica e a IES PUC Minas.


FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES PARA UMA ECOLOGIA INTEGRAL


Figura 1: Rede de Parceiros da Experiência Piloto

Os espaços de vivências relacionados foram previstos para serem disponibilizados e ocupados na fase de execução do plano de ação das escolas, visando ampliar as experiências e práticas dos atores em formação.

Baseados no princípio segundo o qual “tudo está interligado”, premissa para a prática de uma ecologia integral, é coerente e necessário considerar a integração de todas as áreas do conhe-

cimento e, portanto, de formação de professores nos processos de formação e prática. Neste sentido, foi fundamental a adesão do conjunto das licenciaturas da PUC Minas, por meio dos gestores de curso e dos responsáveis pelos respectivos estágios.

A institucionalização da parceria por meio dos estágios seguiu um processo que pode ser dividido em três etapas, conforme se segue:



Figura 2: Processos de operacionalização dos estágios

a. Planejamento e sensibilização -

Incluiu definições como: número e distribuição das vagas disponíveis a cada semestre; requisitos necessários à participação; processo de inscrição e seleção e outras informações sobre o estágio explicitadas em um Edital (Anexo I) divulgado em todos os cursos de licenciatura. Para subsidiar a candidatura do graduando ao estágio e como estratégia de sensibilização, foram promovidos eventos temáticos, amplamente divulga-

dos. Esta estratégia constitui-se ainda como processo formativo para todos os participantes, independentemente da sua participação futura no estágio.

b. Seleção e formalização -

Após os eventos e condicionados à participação nos mesmos, os candidatos se inscreveram para participar do estágio, informando dados relevantes para a seleção, bem como produzindo um texto com sua "declaração de interesse".



Figura 3: Posts para divulgação dos eventos de sensibilização do programa Casa Mãe

A formalização/vinculação de cada estagiário se mostrou como a etapa de maior complexidade e fragilidade, em função dos procedimentos burocráticos necessários. A esta etapa deve-se dar maior atenção com definição prévia e clara dos fluxos e documentação, tanto em função das exigências legais e insti-

tucionais, quanto em função dos prazos necessários ao cumprimento da carga horária prevista para o estágio de cada graduando. Há de se considerar que o tempo da escola e o tempo da IES são diferentes, tanto em termos de período letivo, quanto em processos.

c. Desenvolvimento e avaliação do estágio - As atividades do estágio compreendiam ações diretamente ligadas ao Programa Casa Mãe e ações complementares próprias dos estágios das licenciaturas (assessoramento ao professor e à escola; observações do processo de ensino e de aprendizagem; etc.)

A **mobilização** da equipe de estagiários juntos às escolas ocorre pelo lançamento do edital de seleção dos estágios Casa Mãe. Esta fase, ocorrida no início de cada semestre letivo, tem como papel formalizar o Programa, seus objetivos e a proposta de iniciação à docência e extensão universitária, pautadas na Ecoteologia e na Ecologia Integral. No material, divulgado pela PUC MG, são listadas as Escolas Católicas participantes do Programa, o número de vagas de estágios obrigatório para os alunos da PUC ofertadas em cada unidade, bem como as condições de participação e datas relevantes.

Chamamos de **sensibilização** o momento de apresentação do Programa Casa Mãe com o detalhamento da sua evolução, desafios, conquistas e metas para parceiros, docentes e estudantes já participantes ou com interesse em participar. Por meio de um *workshop*, após o lançamento do edital do semestre, representantes convidados sensibilizam o público com temas

relacionados à educação transformadora para uma Nova Economia, a Economia de Francisco e o Desenvolvimento Sustentável. O público é composto por professores e alunos dos cursos de licenciatura e gestores da ANEC, PUC MG e escolas participantes. O evento contempla palestras, relatos de participantes dos semestres anteriores, bem como abertura ao diálogo para trocas sobre o tema central ou, diretamente, sobre a metodologia do Programa Casa Mãe.

Semestralmente é oferecida uma preparação das equipes que irão compor um comitê de ecologia integral, em especial os estagiários e colaboradores recém ingressados. Além disso, é incentivada a realização de formações adicionais junto aos alunos, professores e colaboradores de toda a comunidade escolar. Em cada escola participam, diretamente, até 2 estagiários, um professor/tutor da disciplina relacionada à licenciatura em que o estudante está matriculado e um colaborador determinado articulador do Programa Casa Mãe.

O questionário é uma ferramenta de levantamento de dados socioambientais das escolas, em um método pesquisa-ação. Recomenda-se que a equipe responsável por aplicar o questionário o leia integralmente e não deixe dúvidas sobre as questões a serem abordadas.

Após entendimento sobre todas as categorias englobadas na ferramenta, é importante determinar quais atores/representantes da unidade lidam diretamente com cada aspecto no universo escolar. Um exemplo: para a categoria Papelaria, o colaborador da Reprografia pode ser o ator ideal, contudo, um único representante nunca será detentor de todas as informações do questionário. Uma informação, mesmo que já respondida, poderá ser complementada por outro colaborador, trazendo mais riqueza e detalhes sobre algum ponto. Seguindo o exemplo da categoria Papelaria, alguém do setor de Suprimentos pode contribuir com a resposta daquele que fica na Reprografia, uma vez que um adquire/compra o insumo papel e o outro acompanha/controla o seu consumo.

Para o desenvolvimento do Programa, em especial a realização dos diagnósticos por meio do questionário socioambiental, os estagiários se relacionaram com diferentes colaboradores da escola, envolvidos com o processo: secretários, coordenadores, professores, em uma organização própria de cada escola. Todas as atividades foram devidamente registradas, validadas e avaliadas pelo campo de estágio e pela escola de formação.

Ao final desta etapa da experiência piloto, é possível relacionar importantes

aprendizados e enriquecimentos para as instituições:

- 1.** A construção de uma metodologia por meio de um processo formativo e participativo;
- 2.** A ampliação das oportunidades de estágio mais qualificadas, com ações interdisciplinares, direcionadas e planejadas;
- 3.** O fortalecimento das parcerias institucionais;
- 4.** Uma maior aproximação da universidade com as escolas de Educação Básica, bem como entre cursos e alunos na PUC MG.
- 5.** A ampliação, na PUC, de boas práticas aliadas aos chamados do Papa Francisco, à Campanha da Fraternidade, às Agendas da ONU e aos preceitos de universidade sustentável.

7

O questionário socioambiental

Ao final, é recomendada a elaboração de uma Lauda Resumida, com a descrição geral do diagnóstico socioambiental feito a partir do questionário, conforme exemplo abaixo, feito em relação à categoria 3 - Energia Elétrica.

Prevalecem condutas assistemáticas em relação ao aproveitamento da luz solar X uso de luz artificial. Somente em 27% das unidades foi identificado o uso racional da luz natural como forma de mi-

nimizar o uso de luz elétrica. Observa-se que, mesmo em locais bem iluminados, há ainda o mau costume de manter lâmpadas acesas sem necessidade. Foram registrados locais com grande quantidade de lâmpadas em locais privilegiados, onde a "luz do sol é problema", o que leva os usuários a utilizar cortinas e assim, escurecer o ambiente e acender as luzes.

4. Papelaria

- 4.1. Qual o consumo de papel A4 nos últimos 3 meses?
- 4.2. Costuma-se utilizar rascunho (reaproveitamento de papel¹) pelos setores administrativo e pedagógico? Exemplifique.
- 4.3. Qual o volume de impressão nos últimos 3 meses, por segmento ou setor?
- 4.4. Há a prática do uso de aplicativo ou plataforma digital como meio de reduzir o volume de papel e impressão de material?
- 4.5. Como é feito o controle de matrizes que são impressas e não utilizadas? O que é feito com as sobras?
- 4.6. Na elaboração do material didático (provas, para casa etc) há conscientização em otimizar o uso da folha (tamanho da letra, margem, espaços aproveitados), uso de frente e verso? Como? Exemplifique.
- 4.7. Existe a prática de arquivamento de material didático uso posterior?
- 4.8. Quais práticas inseridas na pandemia que levam à redução do uso de papel? Quais podem e devem ser mantidas no retorno?
- 4.9. Existe o acompanhamento e registro de metas e reduções alcançadas?
- 4.10. Há alguma iniciativa para alerta ou orientação da comunidade em relação ao consumo de papel (avisos, cartazes, sinalizações nas secretarias, salas, etc)?
- 4.11. Há alguma relação entre a temática com o currículo escolar e outras ações educativas? Como?

Figura 4: Exemplo de uma das categorias do questionário.

Um planejamento de eficiência elétrica é algo que as unidades escolares precisam fazer e é considerado urgente pelos aplicadores.

As unidades estão em pontos distintos em relação ao uso de lâmpadas fluorescente e de LED. Poucas já fizeram toda a transição, outras estão em processo e algumas ainda utilizam apenas fluorescente.

Em vários locais há a possibilidade de instalação de sensores de movimento, como forma de minimizar o uso da luz elétrica.

O aproveitamento da luz solar como energia (células fotovoltaicas) é um empreendimento que não sai barato, entretanto deve ser avaliado para as unidades que o comportam.

-se apresentar o material à instância de decisão da unidade escolar, com a obtenção das assinaturas da diretoria para consentimento e acompanhamento da evolução integral da proposta do Programa Casa Mãe.

O(s) aplicador(es) são as pessoas ideais para realizarem a escrita final. Caso a instituição educacional participante tenha mais de uma unidade escolar, é sugerido que se aplique um método comparativo das práticas condizentes e não condizentes, por categorias, para uma avaliação socioambiental global.

Para referendar o processo, aconselha-

8

Análise dos resultados obtidos no questionário

A análise do questionário passa pela avaliação de cada categoria, considerando: (1) se o seu tema é existente e sistematizado; (2) se é existente, mas não regular; (3) se é inexistente; (4) se possui práticas não condizentes. Um questionário bem aplicado não poupa textos e registros fotográficos associados e diretos às temáticas.

- Existente Sistematizada / Regular
- Existente / Não regular
- Inexistente
- Práticas Não Condizentes

O importante é, neste momento, extrair a essência e compilar em até duas laudas um resumo de tudo, por categoria. Para isto, pode ser vantajoso reunir um Grupo de Trabalho (GT) de professores, colabo-

radores e estudantes atuantes na pauta da Ecologia Integral da unidade escolar e, em um painel interativo, construir coletivamente esta análise. Uma ferramenta indicada para este processo é o Miro, de uso gratuito; o mesmo permite organizar quadros, organogramas e fluxos com cores e grafismos em uma plataforma *on-line* (veja na imagem). Este *software* permite que toda a equipe colabore e apoie na classificação das categorias e faça a sua avaliação entre: (A) Práticas Condizentes de Destaque e (B) Práticas Não Condizentes de Destaque.

É nesta etapa que o material produzido até esta fase deva ser submetido ao Conselho Pedagógico da unidade escolar. Um marco oportuno para reconhecimento dos movimentos e compromissos traçados pela instituição.

**DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL INTERNO
COMPILADO UNIDADES EDUCACIONAIS ANALISADAS**

LEGENDA DE AVALIAÇÃO

-  EXISTENTE
SISTEMATIZADA/REGULAR
-  INEXISTENTE
-  EXISTENTE
NÃO REGULAR
-  PRÁTICAS
NÃO CONDIZENTES

CATEGORIA 2: ÁREA CONSTRUÍDA X ÁREA VERDE

UNIDADE	AVALIAÇÃO	DESCRIÇÃO PRÁTICAS CONDIZENTES DE DESTAQUE	DESCRIÇÃO PRÁTICAS NÃO CONDIZENTES DE DESTAQUE
Nome Unidade		Anotação resumida	Anotação resumida
Nome Unidade		Anotação resumida	Anotação resumida
Nome Unidade		Anotação resumida	Anotação resumida

CATEGORIA 3: ENERGIA ELÉTRICA

UNIDADE	AVALIAÇÃO	DESCRIÇÃO PRÁTICAS CONDIZENTES DE DESTAQUE	DESCRIÇÃO PRÁTICAS NÃO CONDIZENTES DE DESTAQUE
Nome Unidade		Anotação resumida	Anotação resumida
Nome Unidade		Anotação resumida	Anotação resumida
Nome Unidade		Anotação resumida	Anotação resumida

9

Elaboração do plano de ação local

Diante daquilo que foi o diagnóstico da unidade escolar e de sua apresentação para a direção escolar, a próxima etapa é a definição de quais problemas serão prioritários no plano de ação, bem como quem serão os responsáveis pela ação. A unidade escolar poderá estabelecer ações para seis meses, um ano ou até cinco anos. Posteriormente, serão levantados as medidas, os impactos e os recursos necessários, os possíveis indicadores e as metas que possam ser

alcançadas para cada ação proposta. Toda esta etapa, que já é de tomada de decisões, precisa ser dialogada e acompanhada pela diretoria, pelos setores e pessoas que serão diretamente afetados e pela área financeira, para verificar a viabilidade de implantação do plano de ação. Não se pode esquecer de envolver novamente a equipe pedagógica e toda a comunidade escolar, para comunicar e criar o engajamento necessário para todas as ações.

10

Gestão do programa

Após percorrer os caminhos iniciais de idealização, planejamento e execução do Programa Piloto, seguido do primeiro *Workshop* formativo para os principais atores envolvidos nesse processo, parte-se do pressuposto de que o Programa se encontra apto para ser multiplicado, consolidado e continuamente aprimorado. Dessa forma, é de grande importância que se tenha clareza dos procedimentos adotados para planejamento, execução, monitoramento, controle e encerramento, para construção de uma trajetória histórica que possa auxiliar o Programa no futuro. É nesse contexto que o Programa Casa Mãe irá desfrutar dos conhecimentos do “Gerenciamento de Programas”, na construção de um caminho sólido e fértil, como “metodologia de ensino” para a transformação da Educação Básica rumo a um futuro mais sustentável.

Segundo Keeling e Branco (2017), desde a antiguidade gerenciavam-se programas, como a construção de templos, pirâmides e caravelas. Há várias definições e metodologias que embasam e fundamentam a gestão de programas. Um dos conceitos mais utilizados é do Project Management Institute - PMI (2017), que

afirma ser “o programa como um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado exclusivo”. A partir disso, pretende-se que as ações do Programa Casa Mãe sejam consolidadas nas escolas a ponto de não mais serem consideradas um Programa, mas um processo contínuo, introjetado nas práticas coletivas e individuais, além dos muros da escola.

Com base nas definições de diversos autores, pode-se perceber a complexidade nas etapas de implantação e gerenciamento de programas. Para facilitar o entendimento das fases de um programa, o PMI (2017) esclarece que o gerenciamento de programas é realizado por meio da aplicação e integração de cinco grupos de processos:

- Processos de Iniciação: definem o programa, suas necessidades, recursos e sua autorização. Os objetivos, restrições e estimativas são traçados nesta fase.
- Processos de Planejamento: definem o escopo do programa, refinam os objetivos, definem a linha de ação.

- Processos de Monitoramento e Controle: aferem e monitoram o desempenho do programa, para identificar variações em relação ao planejado, para que medidas corretivas sejam tomadas quando necessário, garantindo que os resultados do período sejam atingidos.

- Processos de Encerramento: formalizam o fechamento formal do programa. Analisam os erros e acertos do programa, em vista do futuro.

A partir disso, apresentamos na Figura 1 uma síntese dos processos realizados pelo Programa Casa Mãe, bem como as possíveis ferramentas de apoio para cada processo mencionado:

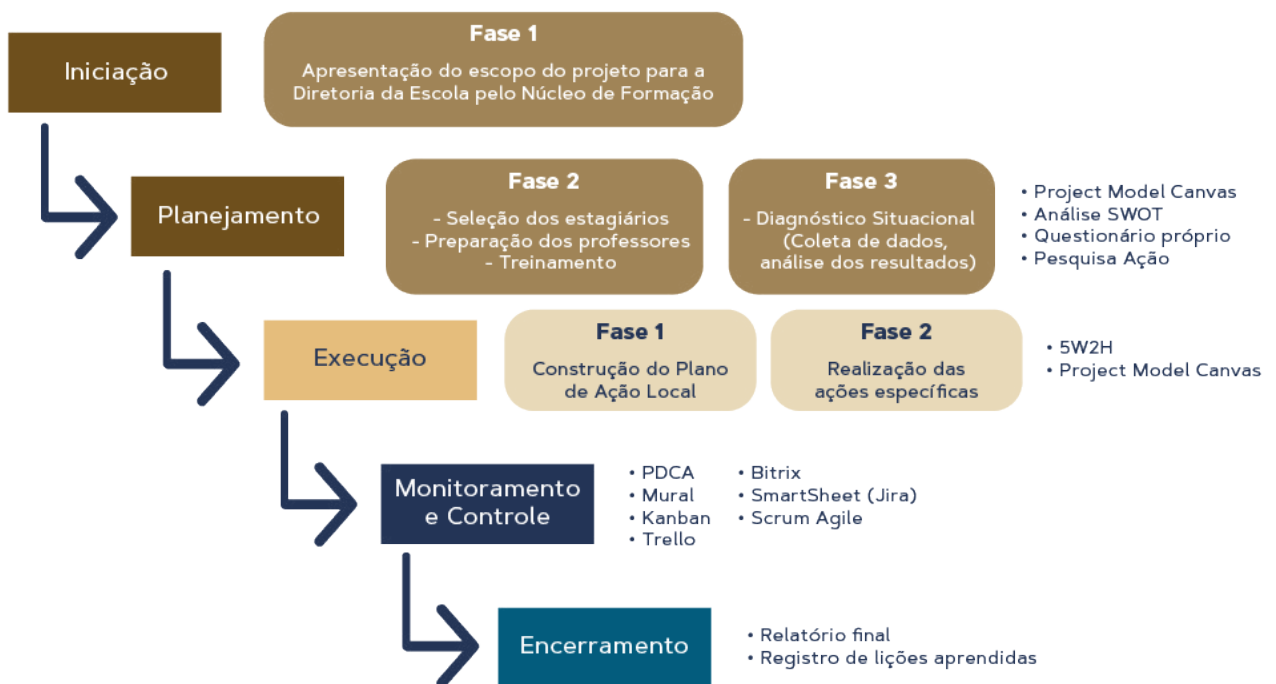


Figura 1: Framework de implantação da Metodologia “Casa Mãe”
 Fonte: elaborado pelos autores (2022)

O Framework apresentado na Figura 1 representa o percurso percorrido pelo Programa Piloto, cujos detalhes serão mencionados ao longo deste documento. Neste tópico, trataremos especificamente das ferramentas sugeridas para suporte a cada processo, não se esgotando nas possibilidades aqui apresentadas:

1. Planejamento:

- **Project Model Canvas:** é a representação visual do plano de programa. Nesse espaço, o gerente do programa e sua equipe fazem o protótipo do modelo mental do programa.
- **Análise SWOT:** técnica de planejamento estratégico utilizada para

auxiliar pessoas ou organizações a identificar forças, fraquezas, oportunidades e ameaças relacionadas ao negócio ou aos programas. Destina-se a especificar os objetivos de risco e identificar os fatores internos e externos que são favoráveis e desfavoráveis para alcançar esses objetivos.

2. Execução:

- **5W2H:** checklist administrativo de atividades, prazos e responsabilidades que devem ser desenvolvidas com clareza e eficiência por todos os envolvidos em um programa. Tem como função definir o que será feito, porque, onde, quem irá fazer, quando será feito, como e quanto custará.
 - **5W2H:** checklist administrativo de atividades, prazos e responsabilidades que devem ser desenvolvidas com clareza e eficiência por todos os envolvidos em um programa. Tem como função definir o que será feito, porque, onde, quem irá fazer, quando será feito, como e quanto custará.
- ## 3. Monitoramento e Controle:
- **PDCA:** o PDCA, ou Ciclo de Deming, é um método de gestão que visa a melhoria contínua dos processos. Este ciclo é baseado em quatro etapas: planejar (plan), executar (do), verificar (check) e agir (act).
 - **Kanban:** trata-se de um sistema de controle e gestão que se utiliza de pequenos cartões coloridos — conhecidos como post-it — e recebe o nome de gestão visual, em razão do uso de cores como sinalizadores.
 - **Mural:** é um *software* de inteligência colaborativa que fornece ideias, inovação, alinhamento e formação de equipes eficazes.
 - **Trello:** aplicativo de gerenciamento de programa baseado na web, originalmente desenvolvido em 2011, pela então Fog Creek Software.
 - **Bitrix:** plataforma completa para negócios. Com mais de 35 ferramentas atuando em gestão, colaboração social e comunicação.
 - **SmartSheet (Jira):** plataforma que pode escalar um único programa de ponta a ponta, conectando negócios em uma plataforma sem código e baseada em nuvem, onde qualquer pessoa pode criar a solução de que precisa.
 - **Scrum Agile:** *framework* de gerenciamento de programas que foca no desenvolvimento ágil de programas. Ele trabalha dividindo grandes produtos e serviços em pequenos pedaços que podem ser concluídos (e potencialmente liberados) por uma equipe multifuncional em um curto espaço de tempo. As equipes do Scrum inspecionam cada lote de funcionalidades à medida que são concluídas e ajustam o que será criado a seguir, com base em aprendizado e *feedback*, minimizando riscos e reduzindo o desper-

dício. Esse ciclo se repete até que o produto ou serviço completo seja entregue.

4. Encerramento

- Relatório final
- Registro de Lições Aprendidas
- Definição de OKRs (Objectives and Key Results): é um framework de definição de metas e indicadores a partir da realização do programa.”

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 23 mai. 2021.

_____. PRONEA – Programa Nacional de Educação Ambiental, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/pronea3.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2021.

BRUGGER, Paula. Educação ou adestramento ambiental? Florianópolis: Letras contemporâneas, 2005.

FRANCISCO. Carta Encíclica Laudato Si’ sobre o Cuidado da Casa Comum. 1. ed. São Paulo: Paulinas, 2015.

FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. Rev. Bras. Estud. Pedagog., Brasília, v. 97, n. 247, p. 534-551, dez. 2016 (<https://doi.org/10.1590/s2176-6681/288236353>). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-668120160003000534&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30 ago. 2020.

GUIMARÃES, M. (Org.). Caminhos da educação ambiental: da forma à ação. Campinas: Papirus, 2006.

KEELING, R.; BRANCO, R. H. F. Gestão de Programas: Uma Abordagem Global; Ed. 3, Editora Bookman Limitada, Porto Alegre – RS. 2017.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Trajetória e fundamentos da educação ambiental. São Paulo: Cortez, 2004.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE, editor. PM. Guia do conhecimento em gerenciamento de programas (Guia PMBOK) / Project Management Institute. 6. ed. Newton Square, PA, 2017.

TAMIETTI, Ricardo Prado. Engenharia de Processos Industriais. Centro Universitário do Leste de Minas Gerais, Ipatinga – MG, 2009.

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DA ESCOLA

INTRODUÇÃO

As instituições educacionais têm papel central na cidadania ecológica proposta pelo Papa Francisco em sua Encíclica Laudato Si. Não é coincidência que ele lançou o Pacto Educativo Global, chamando as escolas, e toda a Aldeia educativa, para assumir seu papel protagonista na formação de jovens que terão o cuidado com a Casa Comum como premissa básica de suas atuações no mundo. Qual o papel da escola na imaginação dos futuros que queremos e no desenvolvimento das habilidades e do olhar que permitirá a manifestação desses futuros? Em outras palavras, o compromisso educacional não é voltado apenas para beneficiários diretos, crianças e jovens, mas é também um serviço prestado à sociedade como um todo, que na educação se renova. (Instrumentum laboris Pacto Educativo Global - PEG p.15). Frente à crise socioambiental posta pelas escolhas que fazemos, atualmente, como sociedade, quais cidadãos e comunidade queremos edificar?

A escola básica tem o privilégio de estar próxima e atuar junto às crianças e jovens por um longo período de suas vidas, que compreende de 03 a 17 anos. O privilégio é proporcional a sua responsabilidade uma vez que é durante essa longa trajetória escolar, que hábitos, valores e referências são construídos. A ecologia integral, como modo de escutar/ver, julgar e agir nos fornece todos os elementos para que possamos atuar e sermos, juntos com os estudantes, protagonistas das mudanças que precisam ser feitas.

Como proposta inicial do Projeto Casa Mãe, esse questionário visa trazer esse olhar para o ambiente interno das instituições educacionais. Sabemos que, para além do currículo formal, são as práticas, exemplos e vivências na escola que irão formar esses jovens. Além disso, o exercício do diagnóstico interno ambiental traz vida aos temas mais necessários e promove não só melhorias práticas, mas a educação do olhar e reflexão aos próprios gestores e educadores. Elaborado a partir da Encíclica Laudato Si e dos temas mais relevantes que ela discute, o questionário conta ainda com uma interface com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU, entendidos como os parâmetros mais aceitos internacionalmente como tradução das metas de cuidado com a Casa Comum. O Anexo 1 apresenta cada Objetivo de forma resumida. Em cada item do questionário, relacionamos os ODS pertinentes. Recomendamos a leitura completa da [Agenda 2030](#) e a escolha dos itens que mais refletem a realidade da escola para serem trabalhados tanto no âmbito da gestão interna quanto no pedagógico.

Responsável pelo preenchimento: pessoa da instituição que responde pelo projeto e a Comissão que compõem

Data da visita:

1. Identificação da unidade/escola

- 1.1. Qual é a unidade?
- 1.2. Construção verticalizada (é um prédio) /horizontalizada ou mista? (inclua foto)
- 1.3. Qual é o endereço?
- 1.4. Situada na área urbana, rural, industrial, periferia urbana?

2. Área construída x área verde



- 2.1. Se exigido, a escola é regularizada ambientalmente? Atende suas condicionantes?
- 2.2. Como você define a área verde da unidade? Predominantemente árvores, jardins (objetivo estético), vasos de plantas, áreas gramadas tipo parque?
- 2.3. Há árvores frondosas plantadas na unidade? Quantas?
- 2.4. Há árvores plantadas no entorno da unidade (passeios, calçadas, parques, praças, entre outros)?
- 2.5. As árvores plantadas na escola e no entorno possuem espaço mínimo para expansão (a base das árvores está impermeabilizada com cimento)?
- 2.6. Qual é a finalidade da área verde na unidade? Sombra? Estética? Área de socialização? Área educativa? Há interação dos estudantes com a área verde ou são espaços interditados por cercas ou placas?
- 2.7. Há alguma iniciativa para alerta ou orientação da comunidade em relação às áreas verdes (avisos, cartazes, sinalizações nas secretarias, salas, etc)?
- 2.8. Há alguma relação entre a temática das áreas verdes com o currículo escolar e outras ações educativas?

3. Energia elétrica



- 3.1. A arquitetura contempla a utilização da luz solar? Como são as janelas da unidade?
- 3.2. A escola é escura ou bem iluminada?
- 3.3. Quais os tipos de lâmpadas utilizadas (led, fluorescente etc)?
- 3.4. Com que frequência ocorre a troca de lâmpadas?
- 3.5. Existem sensores de movimentos em áreas pouco utilizadas?
- 3.6. Há excesso de lâmpadas no ambiente? Se sim, é por necessidade ou estética?
- 3.7. São considerados aspectos de eficiência energética na escolha de aparelhos e equipamentos? Existem práticas para o uso consciente de equipamentos e energia visando melhor vida útil e menos consumo? Como? Exemplifique.
- 3.8. Existe aproveitamento da luz solar nos ambientes?

- 3.9. Já foi realizado um estudo e planejamento de eficiência de energia elétrica na unidade?
- 3.10. Há alguma iniciativa para alerta ou orientação da comunidade em relação ao uso de energia (avisos, cartazes, sinalizações nas secretarias, salas etc.)?
- 3.11. Há alguma relação entre a temática com o currículo escolar e outras ações educativas? Como?
- 3.12. Com a introdução da educação híbrida, a escola está atenta ao uso correto e sustentável dos equipamentos eletrônicos? Explique como a escola tem tratado o uso de *datashow* em relação ao uso da lâmpada do aparelho.

4. Papelaria



- 4.1. Qual foi o consumo de papel A4 nos últimos 3 meses?
- 4.2. Costuma-se utilizar rascunho (reaproveitamento de papel¹) pelos setores administrativo e pedagógico? Exemplifique.
- 4.3. Qual foi o volume de impressão nos últimos 3 meses, por segmento ou setor?
- 4.4. Há a prática do uso de aplicativo ou plataforma digital como meio de reduzir o volume de papel e impressão de material?
- 4.5. Como é feito o controle de matrizes que são impressas e não utilizadas? O que é feito com as sobras?
- 4.6. Na elaboração do material didático (provas, para casa etc.) há conscientização em otimizar o uso da folha (tamanho da letra, margem, espaços aproveitados), uso de frente e verso? Como? Exemplifique.
- 4.7. Existe a prática de arquivamento de material didático uso posterior?
- 4.8. Quais são as práticas inseridas na pandemia que levam à redução do uso de papel? Quais podem e devem ser mantidas no retorno?
- 4.9. Existe o acompanhamento e registro de metas e reduções alcançadas?
- 4.10. Há alguma iniciativa para alerta ou orientação da comunidade em relação ao consumo de papel (avisos, cartazes, sinalizações nas secretarias, salas etc.)?
- 4.11. Há alguma relação entre a temática com o currículo escolar e outras ações educativas? Como?

5. Água



- 5.1. Existe algo implantado para captação de água de chuva?
- 5.2. Há poço artesiano?
- 5.3. Há redutor de vazão de água nas torneiras?
- 5.4. Utiliza-se alguma estratégia para minimizar o uso de água (ex.: garrafas pets nas caixas de descarga)?
- 5.5. A equipe de limpeza tem treinamento para uso consciente da água? Quem ministra este treinamento? Quando? Com qual frequência?

¹ Cabe ressaltar os cuidados necessários com informações pessoais de quaisquer naturezas, seguindo a LGPD.

- 5.6. Há conscientização das copeiras no uso da água (Ex.: lavagem de copos)? Como? Exemplifique.
- 5.7. Como é feita a lavagem de grandes áreas? Quadras, escadarias etc.
- 5.8. Há monitoramento e avaliação do consumo de água pelo setor administrativo? Há alguma prospecção em relação ao uso mais eficiente deste recurso?
- 5.9. Há uma verificação periódica da existência de vazamentos, torneiras gotejando, etc.?
- 5.10. Há iniciativas de lazer pedagógico que utilizam água (Ex.: piscinas, banho de mangueira, Dia das Crianças, futebol de sabão etc.)?
- 5.11. Há alguma iniciativa para alerta ou orientação da comunidade em relação ao uso consciente da água e sobre o tema em geral (avisos, cartazes, sinalizações nas secretarias, salas, córregos que passam pela escola etc.)?
- 5.12. Há alguma relação entre a temática com o currículo escolar e outras ações educativas? Como?

6. Alimento



- 6.1. Há muita sobra de lanches e refeições (reuniões e dia a dia)?
- 6.2. O que é feito com as sobras de alimentos?
- 6.3. Há projetos implantados de redução do desperdício de alimentos? Quais? Onde e com qual frequência acontecem?
- 6.4. Há algum critério para dimensionar a quantidade de alimento/pessoa para cada reunião?
- 6.5. Existe alguma preocupação da escola em conhecer aquilo que é oferecido aos estudantes pela cantina de forma propositiva?
- 6.6. Quem na unidade define o cardápio das reuniões?
- 6.7. Existe alguma produção de alimento na unidade, como, por exemplo, horta?
- 6.8. Existe, na unidade, por parte da cantina ou em reuniões, a preocupação em oferecer alimentos de origem vegetal, como forma de diminuir o consumo de produtos de origem animal?
- 6.9. Há ações educativas que tematizam o alimento como nutrição e não apenas como satisfação ("encher a barriga")?
- 6.10. Há alguma iniciativa para alerta ou orientação da comunidade em relação aos alimentos (avisos, cartazes, sinalizações nas secretarias, salas, campanhas etc.)?
- 6.11. Há alguma relação entre a temática da alimentação e segurança alimentar com o currículo escolar e outras práticas educativas? Como?

7. Coleta seletiva



- 7.1. Há programa instalado e em funcionamento de coleta seletiva na unidade?
- 7.2. Se sim, qual é o destino da coleta seletiva na unidade? Com qual frequência ele é recolhido e quem faz a retirada? A unidade participa com responsabilidade compartilhada para a Política Nacional de Resíduos Sólidos?
- 7.3. A coleta seletiva envolve a comunidade ou somente a unidade?
- 7.4. Existe política para destinação do resíduo eletrônico na unidade?
- 7.5. O óleo utilizado pela cantina ou copa da escola possui qual destinação?
- 7.6. Qual é a destinação das pilhas utilizadas pela unidade?
- 7.7. Há parceria da escola com alguma instituição de coleta ou com programas, como o “Adote um catador”? E existe articulação com o setor da prefeitura local?
- 7.8. O que é feito com os pincéis de quadro branco (refis)?
- 7.9. Há alguma relação entre a coleta seletiva (se existe) e o currículo escolar e outras ações educativas?

8. Descartáveis



- 8.1. Qual foi o consumo dos últimos três meses de copos descartáveis da unidade?
- 8.2. Os copos nas salas dos professores são de vidro ou descartáveis?
- 8.3. Há algum projeto/ação implantado para redução dos descartáveis? Quais?
- 8.4. A escola utiliza isopor/EVA em algum contexto pedagógico (maquetes, feiras de ciências)? Existe alguma orientação explícita sobre esse assunto aos educadores?
- 8.5. Há alguma iniciativa para alerta ou orientação da comunidade em relação aos materiais descartáveis (avisos, cartazes, sinalizações nas Secretarias, salas, campanhas etc.)?
- 8.6. Existe alguma ação sistemática da escola em relação ao consumismo em alguma área do conhecimento? Qual segmento? Quando acontece?
- 8.7. Há alguma relação entre a temática com o currículo escolar e outras ações educativas? Como?

9. Campanhas



- 9.1. Há alguma política estruturada de carona entre funcionários ou acontece na informalidade?
- 9.2. O acesso à escola possibilita o uso de bicicleta? Existe bicicletário?
- 9.3. A escola estabelece com a comunidade algum tipo de parceria? Ela se implica nas causas da comunidade? Qual a marca que a escola imprime na comunidade? Como ela é socialmente conhecida?
- 9.4. Há programa ou aula para os alunos nos espaços verdes ou de contato com a natureza (sítios, fazendas)?

- 9.5. Existe algum projeto sistematizado com a temática ecológica? Onde? Como?
- 9.6. Existe política de aproveitamento de livros ou materiais de um ano para outro? Há a preocupação em favorecer a troca de livros entre irmãos e colegas?
- 9.7. Há a preocupação da área pedagógica em minimizar a lista de materiais ou tudo aquilo que envolve consumo?
- 9.8. Existe no calendário escolar alguma campanha de doação (mantimentos, agasalho, roupas, calçados etc.)? Quantas vezes acontece ao longo do ano? Em quais segmentos?
- 9.9. Existe alguma discussão entre os pedagogos em relação a mudança constante dos livros (obsolescência programada "escolar": quando algo é feito para não durar)?
- 9.10. A unidade promove feira para troca de livros entre as famílias? É presencial? Como é feita a divulgação e qual é a procura?
- 9.11. Há entendimento e diferenciação entre caridade e responsabilidade social?

10. Animais: em relação com outras espécies



- 10.1. Com qual representação de "animal" a escola trabalha: como recurso renovável, um ser vivo, um ser senciente (sente dor, frio, fome)? Essa discussão existe?
- 10.2. Há utilização de animais em projetos pedagógicos e/ou em laboratórios (vivo/morto/partes do corpo)? Em qual contexto? Qual é o ganho pedagógico? Qual é a justificativa?
- 10.3. A escola realiza visita ao zoológico ou similares (outros espaços que trabalham com animais vivos e/ou em cativeiro)? Qual é a intenção pedagógica?
- 10.4. Como o animal é visto ou apresentado nos livros didáticos?
- 10.5. A escola tem algum canal para discutir ética no trato com os animais pela indústria alimentícia, de entretenimento, de vestuário, pesquisa/teste?
- 10.6. Como é o cuidado com animais que, porventura, aparecem na unidade (domésticos ou silvestres)? Existe alguma parceria com instituições para esse trabalho? Existe algum grupo ou procedimento sistematizado para lidar com essas questões?

11. Ética



- 11.1. A conversão ecológica proposta pelo Papa Francisco é ou foi tratada pela escola? Em qual contexto? Por quem?
- 11.2. Há, na escola, discussão sobre bioética?
- 11.3. Como a questão da justiça social é tratada pela escola? Existem programas específicos? Existe algum grupo ou procedimento sistematizado para lidar com essas questões?

12. Referências



- 12.1. Conhecemos e trabalhamos ativamente com a Encíclica Laudato Si?
- 12.2. Conhecemos a Política Nacional de Alterações Climáticas? Os relatórios do IPCC? Como estão inseridos nas discussões e materiais da escola?
- 12.3. Conhecemos a Agenda 2030? Contribuímos para a produção dela? Estão inseridos nas discussões e materiais da escola?
- 12.4. Conhecemos a Política Nacional de Recursos Hídricos? Contribuímos de alguma forma?
- 12.5. A escola conhece a Política Nacional de Meio Ambiente e realiza avaliação dos seus impactos ambientais?
- 12.6. A escola tem conhecimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos? Como ela afeta as práticas da escola? Possui um Plano de Gestão dos Resíduos Sólidos?

13. Parcerias e atuação em rede



- 13.1. Existe programa ou projeto junto aos colaboradores e/ou comunidade para boas práticas socioambientais? É pontual ou constante?
- 13.2. Existe política ou programa de qualificação dos fornecedores a partir de critérios sustentáveis?
- 13.3. A Escola possui parceria com outras Instituições, projetos ou iniciativas relacionadas à sustentabilidade, meio ambiente? Explícite qual(is) instituição(ões) e qual (is) iniciativas.
- 13.4. Há algum trabalho/relação/parceria com os moradores, comércio e/ou lideranças da/na comunidade do entorno da Escola? Explícite qual(is) instituição(ões) e qual (is) iniciativas.
- 13.5. Existe alguma representação estudantil organizada (grêmios, ligas, grupos de estudo...)? De que forma eles cooperam ou participam?

ANEXO 1

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030²



Objetivo 1 – Erradicação da pobreza: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

Em 2000, o mundo comprometeu-se em reduzir pela metade o número de pessoas vivendo em extrema pobreza e alcançou ganhos notáveis no desenvolvimento humano. Até 2015, a pobreza havia sido reduzida significativamente, o acesso ao ensino básico e os resultados da saúde melhoraram, bem como foram realizados progressos na promoção da igualdade de gênero e no empoderamento das mulheres e meninas. No entanto, a erradicação da pobreza extrema continua a ser um desafio, com mais de 700 milhões de pessoas vivendo, globalmente, com menos de US\$ 1,90 (PPP) por dia e mais da metade da população global vivendo com menos de US\$ 8,00 por dia.

Em um mundo confrontado pelos crescentes desafios para o desenvolvimento, a Agenda 2030 reconhece que a erradicação da pobreza, em todas as suas formas, é o maior desafio global para atingirmos o desenvolvimento sustentável. Por isso, a grande prioridade do desenvolvimento sustentável deve ser os mais pobres e vulneráveis: ninguém será deixado para trás!

Objetivo 2 – Fome zero e agricultura sustentável: acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

Durante as duas últimas décadas, o rápido crescimento econômico e o desenvolvimento da agricultura foram responsáveis pela redução pela metade da proporção de pessoas subnutridas no mundo. Entretanto, ainda há 795 milhões de pessoas no mundo que, em 2014, viviam sob o espectro da desnutrição crônica. O ODS 2 pretende acabar com todas as formas de fome e má-nutrição até 2030, de modo a garantir que todas as pessoas - especialmente as crianças - tenham acesso suficiente a alimentos nutritivos durante todos os anos.

Para alcançar este objetivo, é necessário promover práticas agrícolas sustentáveis, por meio do apoio à agricultura familiar, do acesso equitativo à terra, à tecnologia e ao mercado.

Objetivo 3 – Saúde e bem-estar: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

Desde os ODM foram registrados progressos históricos na redução da mortalidade infantil, na melhoria da saúde materna e na luta contra o HIV/Aids, a tuberculose, a malária e outras doenças. Em 15 anos, o número de pessoas infectadas pelo HIV anualmente caiu de 3,1 milhões para 2 milhões e mais de 6,2 milhões de vidas foram salvas da malária.

² Material oficial da Agenda 2030: <http://www.agenda2030.com.br/>

Apesar do progresso, as doenças crônicas e aquelas resultantes de desastres continuam a ser os principais fatores que contribuem para a pobreza e para a privação dos mais vulneráveis. Atualmente, 63% de todas as mortes do mundo provêm de doenças não transmissíveis, principalmente cardiovasculares, respiratórias, câncer e diabetes. Estima-se que as perdas econômicas para os países de renda média e baixa provenientes destas doenças ultrapassaram US\$ 7 trilhões até 2025.

Os ODS propõem metas integradas que abordam a promoção da saúde e bem-estar como essenciais ao fomento das capacidades humanas.

Objetivo 4 – Educação de Qualidade: Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

Desde 2000, houve enorme progresso na promoção do acesso universal à educação primária para as crianças ao redor do mundo. Para além do foco na educação básica, todos os níveis de educação estão contemplados no objetivo de desenvolvimento sustentável 4, que enxerga como fundamental a promoção de uma educação inclusiva, igualitária e baseada nos princípios de direitos humanos e desenvolvimento sustentável. A promoção da capacitação e empoderamento dos indivíduos é o centro deste objetivo, que visa ampliar as oportunidades das pessoas mais vulneráveis no caminho do desenvolvimento.

Objetivo 5 – Igualdade de gênero: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

A igualdade de gênero não é apenas um direito humano fundamental, mas a base necessária para a construção de um mundo pacífico, próspero e sustentável. O esforço de alcance do ODS 5 é transversal à toda Agenda 2030 e reflete a crescente evidência de que a igualdade de gênero tem efeitos multiplicadores no desenvolvimento sustentável.

Muitos avanços em termos de assegurar melhores condições de vida a mulheres e meninas são um importante legado dos ODM. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável visam intensificar estas realizações, não apenas nas áreas de saúde, educação e trabalho, mas especialmente no combate às discriminações e violências baseadas no gênero e na promoção do empoderamento de mulheres e meninas para que possam atuar enfaticamente na promoção do desenvolvimento sustentável, por meio da participação na política, na economia, e em diversas áreas de tomada de decisão.

O desenvolvimento sustentável não será alcançado se as barreiras tangíveis e intangíveis que impedem o pleno desenvolvimento e exercício das capacidades de metade da população não forem eliminadas.

Objetivo 6 – Água potável e saneamento: Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos

A água está no centro do desenvolvimento sustentável e das suas três dimensões - ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos, bem como os serviços a eles associados, sustentam os esforços de erradicação da pobreza, de crescimento econômico e da sustentabilidade ambiental. O acesso à água e ao saneamento importa para todos os aspectos da dignidade humana: da segurança alimentar e energética à saúde humana e ambiental.

A escassez de água afeta mais de 40% da população mundial, número que deverá subir ainda mais como resultado da mudança do clima e da gestão inadequada dos recursos naturais. É possível trilhar um novo caminho que nos leve à realização deste objetivo, por meio da cooperação internacional, proteção às nascentes, rios e bacias e compartilhamento de tecnologias de tratamento de água.

Objetivo 7 – Energia acessível e limpa: Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos

De 2000 a 2013, mais de 5% da população mundial obteve acesso à eletricidade (de 79,313% para 84,58%). Para os próximos anos a tendência é aumentar a demanda por energia barata. Contudo, combustíveis fósseis e suas emissões de gases de efeito estufa provocam mudanças drásticas no clima. Atender às necessidades da economia e proteger o meio ambiente é um dos grandes desafios para o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, o ODS 7 reconhece a importância e traça metas focadas na transição energética, de fontes não renováveis e poluidoras, para fontes renováveis limpas, com especial atenção às necessidades das pessoas e países em situação de maior vulnerabilidade.

Objetivo 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico: promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos

No longo prazo, a desigualdade de renda e de oportunidades prejudica o crescimento econômico e o alcance do desenvolvimento sustentável. Os mais vulneráveis, muitas vezes, têm menores expectativas de vida e apresentam dificuldades de se libertarem de um círculo vicioso de insucesso escolar, baixas qualificações e poucas perspectivas de empregos de qualidade.

A revitalização econômica contribui para criar melhores condições para a estabilidade e a sustentabilidade do país. É possível promover políticas que incentivem o empreendedorismo e a criação de empregos de forma sustentável e inclusiva. O ODS 8 reconhece a urgência de erradicar o trabalho forçado e formas análogas ao do trabalho escravo, bem como o tráfico de seres humanos, de modo a garantir a todos e todas o alcance pleno de seu potencial e capacidades.

Objetivo 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura: construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

Investimentos em infraestrutura e em inovação são condições básicas para o crescimento econômico e para o desenvolvimento das nações. Garantir uma rede de transporte público e infraestrutura urbana de qualidade são condições necessárias para o desenvolvimento sustentável. Por meio da promoção de eficiência energética e inclusão social, o progresso tecnológico é também uma das chaves para as soluções dos desafios econômicos e ambientais. Garantir a igualdade de acesso à tecnologias é crucial para promover a informação e conhecimento para todos. O ODS 9 lista metas que visam à construção de estruturas resilientes e modernas, ao fortalecimento industrial de forma eficiente, ao fomento da inovação, com valorização da micro e pequena empresa e inclusão dos mais vulneráveis aos sistemas financeiros e produtivos.

Objetivo 10 - Redução da Desigualdades: reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

O mundo é mais desigual hoje do que em qualquer momento da história desde 1940. A desigualdade de renda e a distribuição da riqueza dentro dos países têm disparado, incapacitando os esforços de alcance dos resultados do desenvolvimento e de expansão das oportunidades e habilidades das pessoas, especialmente dos mais vulneráveis.

A desigualdade é um problema global que requer soluções integradas. A visão estratégica deste objetivo se constrói sob o objetivo da erradicação da pobreza em todas suas dimensões, na redução das desigualdades socioeconômicas e no combate às discriminações de todos os tipos.

Seu alcance depende de todos os setores na busca pela promoção de oportunidades para as pessoas mais excluídas no caminho do desenvolvimento. Foco importante do ODS 10 é o desafio contemporâneo das migrações e fluxos de pessoas deslocadas entre países e regiões devido a conflitos, eventos climáticos extremos ou perseguições de

quaisquer tipo. O alcance de suas metas é estruturante para a realização de todos os outros 16 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Objetivo 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis: tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

Em 2014, 54% da população mundial vivia em áreas urbanas, com projeção de crescimento para 66% em 2050. Em 2030, são estimadas 41 megalópoles com mais de 10 milhões de habitantes. Considerando que a pobreza extrema muitas vezes se concentra nestes espaços urbanos, as desigualdades sociais acabam sendo mais acentuadas e a violência se torna uma consequência das discrepâncias no acesso pleno à cidade. Transformar significativamente a construção e a gestão dos espaços urbanos é essencial para que o desenvolvimento sustentável seja alcançado. Temas intrinsecamente relacionados à urbanização, como mobilidade, gestão de resíduos sólidos e saneamento, estão incluídos nas metas do ODS 11, bem como o planejamento e aumento de resiliência dos assentamentos humanos, levando em conta as necessidades diferenciadas das áreas rurais, periurbanas e urbanas. O objetivo 11 está alinhado à Nova Agenda Urbana, acordada em outubro de 2016, durante a III Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável.

Objetivo 12 - Consumo e Produção Responsáveis: assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

Para alcançar as metas deste ODS, a mudança nos padrões de consumo e produção se configuram como medidas indispensáveis na redução da pegada ecológica sobre o meio ambiente. Essas medidas são a base do desenvolvimento econômico e social sustentável. As metas do ODS 12 visam a promoção da eficiência do uso de recursos energéticos e naturais, da infraestrutura sustentável, do acesso a serviços básicos. Além disso, o objetivo prioriza a informação, a gestão coordenada, a transparência e a responsabilização dos atores consumidores de recursos naturais como ferramentas chave para o alcance de padrões mais sustentáveis de produção e consumo.

Objetivo 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima: tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos

A mudança do clima é um evento transnacional, cujos impactos estão desregulando economias nacionais e afetando pessoas em todos os lugares, principalmente aquelas em situação de maior vulnerabilidade nos países em desenvolvimento. Sem a ação imediata frente à mudança do clima, a temperatura terrestre está projetada para aumentar mais de 3 °C até o final do século XXI. Uma das metas para esse objetivo é mobilizar 100 milhões de dólares por ano até 2020 para ajudar os países em desenvolvimento no plano de mitigação de desastres relacionados ao clima. O estabelecimento do ODS 13 apenas para lidar com a questão do clima é encarado como estratégico para a mobilização dos atores capazes de promover as mudanças necessárias para impedir estas projeções de se tornarem realidade.

Objetivo 14 - Vida na Água: conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

Os oceanos tornam a vida humana possível por meio da provisão de segurança alimentar, transporte, fornecimento de energia, turismo, dentre outros. Além, por meio da regulação da sua temperatura, química, correntes e formas de vida, os oceanos regulam muitos dos dos serviços ecossistêmicos mais críticos do planeta, como ciclo do carbono e nitrogênio, regulação do clima, e produção de oxigênio. Além, os oceanos representam aproximadamente US\$ 3 trilhões da economia global por ano, ou 5% do PIB global.

40% dos oceanos estão sendo afetados incisiva e diretamente por atividades humanas, como poluição e pesca predatória, o que resulta, principalmente, em perda de habitat, introdução de espécies invasoras e acidificação.

Nosso lixo também ajuda na degradação dos oceanos – há 13.000 pedaços de lixo plástico em cada quilômetro quadrado. É frente a esses desafios que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável indicam metas para gerenciar e proteger a vida na água.

Objetivo 15 - Vida Terrestre: proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda

Os seres humanos e outros animais dependem da natureza para terem alimento, ar puro, água limpa e também como um meio de combate à mudança do clima. As florestas, que cobrem 30% da superfície da Terra, ajudam a manter o ar e a água limpa e o clima da Terra em equilíbrio – sem mencionar que são o lar de milhões de espécies. Promover o manejo sustentável das florestas, o combate à desertificação, parar e reverter a degradação da terra, interromper o processo de perda de biodiversidade são algumas das metas que o ODS 15 promove. Usar sustentavelmente os recursos naturais em cadeias produtivas e em atividades de subsistência de comunidades, e integrá-los em políticas públicas é tarefa central para o atingimento destas metas e a promoção de todos os outros ODS.

Objetivo 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes: promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

Promover instituições fortes, inclusivas e transparentes, a manutenção da paz e o respeito aos direitos humanos baseados no Estado de direito são a base para o desenvolvimento humano sustentável. Estes são alguns dos princípios que sustentam as metas do ODS 16, que também inclui temas sensíveis, como o combate à exploração sexual, ao tráfico de pessoas e à tortura. Outros temas incluídos nas metas do ODS 16 são o enfrentamento à corrupção, ao terrorismo, a práticas criminosas, especialmente aquelas que ferem os direitos humanos.

Objetivo 17 - Parcerias e Meios de Implementação: fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Os ODS só serão realizados mediante um compromisso renovado de cooperação entre a comunidade internacional e uma parceria global ampla que inclua todos os setores interessados e as pessoas afetadas pelos processos de desenvolvimento. Os meios de implementação e as parcerias para o desenvolvimento sustentável são vitais para o crescimento sustentado e para o desenvolvimento sustentável das nações. O ODS 17 propõe o caminho para a realização efetiva da Agenda 2030 por todos os países, e a coordenação de esforços na arena internacional é essencial para isso. A Cooperação Sul-Sul e triangular, a transferência de tecnologia, o intercâmbio de dados e capital humano, bem como a assistência oficial ao desenvolvimento são alguns dos principais meios para o alcance dos ODS.

ANEXO 2 - Referências temáticas

Encontre aqui vídeos, textos e outras bibliografias para cada tema do diagnóstico:

Gerais (ecologia integral etc):

- TEIXEIRA, Aleluia Heringer Lisboa. APOENA - PUC Minas. Evento Casa Mãe: Ecologia Integral e Educação para o Cuidado. 18 ago. de 2021. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=QE6X64-12j4>
- Live: Afinal o que é ecologia e por que integral?, com Aleluia Heringer: [Afinal, o que é ecologia e por que “integral”?](#)
- [Encíclica Laudato Si, 2015](#)
- TEIXEIRA, Aleluia Heringer Lisboa. Laudato Sí e a Educação: qual a parte que nos cabe? Belo Horizonte: 215. Disponível em <https://anyflip.com/rpixx/gxgo/>
- [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#)
- Alfabetização ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável / Michael K. Stone e Zenobia Barlow, orgs; prólogo David Orr; prefácio Fritjof Capra; prefácio a edição brasileira Miriam Duailibi; tradução Carmen Fischer. – São Paulo: Cultrix, 2006.
- A terra inabitável: uma história do futuro / David Wallace-Wells; tradução Cássio de Arantes Leite – 1ª edição – São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- HAECKEL, Ernst. Morfologia geral dos organismos, 1866.
- WULF, Andrea. A invenção da Natureza: a vida e as descobertas de Alexander Von Humboldt. São Paulo: Planeta, 2016.
- Animação Impactos ambientais causados pelo homem. IN-ECO. Youtube. 4 de out. de 2016. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=zkQu0QNcWjA>

Área construída x área verde:

- [Ser Criança é Natural](#) - artigos, vídeos, atividades sobre infância e natureza
- Criança e Natureza, projeto do Instituto Alana - atenção especial à área de vídeos, com indicação dos “Transtorno do déficit de natureza”; “Desemparedar as crianças na escola”; “Benefícios de uma infância rica em natureza”
- Documentário “O Começo da Vida 2 - Lá fora”
- Nos últimos anos, surgiram vários estudos científicos que destacam o papel que exerce a natureza na saúde das pessoas. Em setembro, informávamos que morar em bairros com [áreas verdes](#) reduzia o risco de síndrome metabólica. Também está relacionada diretamente à longevidade e ao desenvolvimento do cérebro das crianças. Agora, Um novo estudo, liderado pelo **Instituto de Saúde Global de Barcelona (ISGlobal)**, relaciona os espaços verdes das cidades com a diminuição nos casos de mortes prematuras.
- A reportagem é de **Neus Palou**, publicada por **La Vanguardia**, 28-04-2020. A tradução é do **Cepat**. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/598465-se-as-cidades-aumentarem-seus-espacos-verdes-evitarao-centenas-de-mortes-prematuras>

- SILVEIRA, Samuel João da, OLIVEIRA, Francisco Henrique de, SCHUCH, Fernanda Simoni. ÁREA VERDE MÍNIMA PARA LOTEAMENTOS SUSTENTÁVEIS SEGUNDO O CICLO HIDROLÓGICO. Arquitetura e Revista, v.16 n.1 2020DOI: 10.4013/arq.2020.161.02. Disponível em:<
<http://revistas.unisinos.br/index.php/arquitetura/article/view/arq.2020.161.02/60747464>
- SOUSA, Adriana Sbroggio de (1); GOULART, Solange Virgínia Galarca (2); ARAÚJO, Virgínia Maria Dantas de (3). VEGETAÇÃO COMO ATENUADOR DO CLIMA LOCAL – CRITÉRIOS PARA A ESCOLHA DE ESPÉCIES VEGETAIS PARA INSTITUIÇÃO DE ENSINO EM UM CLIMA QUENTE-ÚMIDO. Disponível em:
<http://doi.org/10.17012/entac2014.553>
- BATITUCCI, Thaysa de Oliveira; CORTINES, Erika; ALMEIDA, Fábio Souto, ALMEIDAS, Ângela Alves de. Agricultura em ecossistemas urbanos: um passo para a sustentabilidade das cidades. Ambiente & Sociedade n São Paulo. Vol. 22, 2019.

Energia elétrica:

- [Instituto Nacional de Eficiência Energética](#)
- [Empresa de Pesquisa Energética](#)
- PARREIRA, Adriano. SOUSA, Thais Gonzaga. REIS, Daniel Morais. SUSTENTABILIDADE NA ESCOLA: ALTERNATIVAS DE REDUÇÃO DO CONSUMO DE ÁGUA E ENERGIA ELÉTRICA EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO INTERIOR DE MINAS GERAIS -Ciência e Sustentabilidade - CeS | Juazeiro do Norte, v. 3, n. 2, p. 163-180-, jul/jdez 2017 I ISSN 2447-4606 (*Válido também para categoria “Água”*)
- O que precisa ser feito em cada setor para limitar o aquecimento global em 1,5°C? IN: CLIMAINFO. <https://climainfo.org.br/2018/10/21/como-limitar-aquecimento-em-15oc/>

Papelaria:

- [Calculadora de pegada de carbono da WWF Brasil](#)
- AGUIAR, Laís Vitória Cunha de; FACCHINIL, Ma. Yara Maria Guisso de Andrade. A PEGADA ECOLÓGICA COMO INSTRUMENTO DE APOIO PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL. REVISTA BRASILEIRA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - ISSN 2359-232X VOL. 2, Nº 02, 2015.
- Cartilha Pegada ecológica – qual é a sua? Instituto Nacional de Pesquisa Espacial – INPE <http://www.inpe.br/noticias/arquivos/pdf/Cartilha%20-%20Pegada%20Ecologica%20-%20web.pdf>

Água:

- [Pegada hídrica](#)
- VICENTE de P. R. da Silva; Danilo de O. Aleixo; José Dantas Neto; Kettrin F. B. Maracajá & Lincoln E. de Araújo. Uma medida de sustentabilidade ambiental: Pegada hídrica. Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental v.17, n.1, p.100–105, 2013 Campina Grande, PB, UAEA/UFPG – <http://www.agriambi.com.br>
- Livro: “Rios Invisíveis da Metrópole Mineira”, do geógrafo Alessandro Borsagli
- [Portal dos Comitês de Bacias Hidrográficas de MG](#)
- SILVEIRA, Geraldo Tadeu Rezende. Educação Ambiental como instrumento de gestão de recursos hídricos; uma proposta de intervenção. IN: I Congresso sobre Planejamento e Gestão das Zonas Costeiras dos Países de Expressão Portuguesa. Recife: ABEQUA, 2003. a, introdução da dinâmica, referências (Plano de Aula).

Alimento:

- [Guia Alimentar para a população brasileira](#)
- [Cartilha 10 passos para uma alimentação saudável, IDEC](#)
- [Dados mais recentes da FAO](#) (A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) sobre impactos ambientais da pecuária global, em inglês.
- Regras da comida, livro resumido de Michael Pollan sobre impactos da alimentação e escolhas saudáveis

Coleta seletiva:

- [Cooperativa Central Rede Solidária dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis de Minas Gerais](#)
- [ASMARE](#)
- Patrícia Adriani Hoch, A OBSOLESCÊNCIA PROGRAMADA E OS IMPACTOS AMBIENTAIS CAUSADOS PELO LIXO ELETRÔNICO: O CONSUMO SUSTENTÁVEL E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO ALTERNATIVAS. <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/view/14704>
- Maria das Graças e Silva, Nailsa Maria Souza Araújo e Josiane Soares Santos. Consumo consciente”: o ecocapitalismo como ideologia. R. Katál., Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 95-111, jan./jun. 2012V. <https://www.scielo.br/j/rk/a/Csgpppr4hdLWvWRRVXGJGH/?format=pdf&lang=pt>
- Waldman, Maurício. Lixo: cenários e desafios: abordagens básicas para entender os resíduos sólidos / Maurício Waldman. - São Paulo: Cortez, 2010.

Campanhas:

Animais: em relação com outras espécies

- [Guia Animal não humano presente! Reflexões sobre a educação e a relação entre animais não humanos e humanos](#)
- SINEPMG. Lançamento do guia Animal não humano: presente. Youtube. 23 de set.2020. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=v8Ak_QpjKOO
- Libertação animal / Peter Singer ; tradução Marly Winckler, Marcelo Brandão Cipolla; revisão técnica Rita Paixão – São Paulo: Editora MMF Martins Fontes, 2010
- Jaulas Vazias: encarando o desafio dos direitos animais / Tom Regan; tradução Regina Rheda; revisão técnica Sônia Felipe, Rita Paixão – Porto Alegre, RS: Lugano, 2006

Ética:

Referências:

- [Política Nacional de Resíduos Sólidos](#)
- [Política Nacional de Meio Ambiente](#)
- [Política Nacional de Recursos Hídricos](#)
- Página central do [IPCC](#), com diversos recursos e os relatórios mais recentes
- EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A ADEÇÃO AOS PRINCÍPIOS DO CARBONO NEUTRO EM PARATY, RJ. REVISTA. IN: Educação Ambiental BE-597 / Volume 3 – 2010. Disponível em: http://www.ib.unicamp.br/profs/eco_aplicada/

- ALLEXANDRIA, Yaankha Bharbara; BARBOSA, Bernardo da Silva; AMOGLIA, Sabrina Marcellin; McCLLAND, Julie Louise; TEIXEIRA, Amanda Ferreira; MELO, Laura Fernandes. Projeto Sabão Ecológico: uma estratégia educacional para a reciclagem do óleo de cozinha no município de Viçosa. Revista ELO - Diálogos em Extensão. Volume 06, número 03 - dezembro de 2017.

Parcerias e atuação em rede:

- Carta Brasileira Cidades Inteligentes
- Programa Cidades Sustentáveis, Plataforma para municípios que podem se inscrever para participar (Em MG são, por enquanto, Bom Despacho, Campo Florido, Coronel Fabriciano, Itabira, Nova Era e Poços de Caldas). Oferece o ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS CIDADES, que avalia a adaptação aos ODS.



Acesse a pesquisa por meio do QRCode ao lado ou pelo *site* <https://bit.ly/questionario-casa-mae>

